

Denúncias anteriores não sustaram tráfico

Em pouco mais de seis meses, por duas vezes o Congresso Nacional foi denunciado como local privilegiado do tráfico de drogas — as imunidades parlamentares impedem que a polícia faça investigações ou prisões nas dependências do Legislativo. Em agosto do ano passado, policiais civis de Brasília revelavam que mensalmente 15 quilos de cocaína eram vendidos lá por uma quadrilha que incluía funcionários do Congresso. Os pontos principais de venda da droga, segundo relatório entregue na época ao presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), eram o Anexo 4 e

a Biblioteca do Congresso. No final de fevereiro, a Polícia Federal confirmava a existência do tráfico no interior do Congresso, com a participação de funcionários do Legislativo, inclusive nos gabinetes e nos banheiros. O volume da droga vendida mensalmente no prédio do Congresso, segundo agentes federais, correspondia a quase 20% do total consumido na capital federal.

Como a denúncia mais recente teve grande repercussão, a direção do Congresso Nacional chegou a solicitar ajuda policial para coibir o tráfico em suas dependências. Agentes federais e civis passariam

a fazer investigações nas dependências do Legislativo e seria reforçada a vigilância feita pela segurança do Congresso, onde circulam diariamente milhares de pessoas. No entanto, a ação dos policiais federais limitou-se aos acessos do prédio do Congresso.

Em nota, Ibsen Pinheiro negou que a Câmara dos Deputados fosse um dos principais pontos de tráfico da cidade e garantiu que a segurança da Casa, com a Polícia Federal e a Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes, fazia "um trabalho conjunto de prevenção e repressão de delitos e contravenções".